

O SR. CID FRANCO — Penso que poderei esgotar o minuto final desta oração lendo para V. Exas. o telegrama que a maioria da bancada socialista enviara ao Presidente em exercício do Brasil.

Está assim redigido, e assinado pelos deputados Cid Franco, Henrique Perez, Eduardo Barnabé e Jéthero de Faria Cardoso:  
"A Bancada do Partido Socialista Brasileiro na Assembléa Legislativa do Estado de São Paulo, tendo presente a situação excepcional gravidade que o País atravessa, com a ameaça de suspensão das franquias democráticas e instauração de um regime de força, vem formular a vossência veemente apelo para a imediata substituição dos chefes militares (Muito bem) que, em face da orientação revelada, não mais podem constituir segurança para a democracia brasileira pt (muito bem!)"

Ademais, não se deve esquecer que são esses mesmos representantes das Forças Armadas que, por sua omissão ou interferência, ajudaram a agravar a conjuntura político-social da nação, ameaçando as conquistas a bem do povo e levando-nos, de novo, à reação dirigida por grupos e interesses capitalistas pt (Muito bem! Muito bem!)"

Este é o telegrama que a bancada socialista, pela maioria dos seus membros, enviara ao Presidente em exercício do Brasil.

Apresento, também, à Mesa, neste instante, um breve requerimento nos termos que passo a ler:

"Considerando o fato de ter sido preso o Marechal Teixeira Lott, em consequência do seu pronunciamento de respeito aos princípios constitucionais, que determinam seja o Vice-Presidente da República o sucessor imediato do Presidente, em caso de vacância,

Requeremos que a Assembléa Legislativa de São Paulo proteste, junto a S. Exa. o Sr. Ministro da Guerra, contra a prisão daquele Marechal enviando-se cópia desta proposição ao Presidente da República em exercício, ao Presidente do Senado, ao Presidente da Câmara dos Deputados e ao Presidente do Supremo Tribunal Federal".

Este documento, Srs. deputados, tem 20 e tantas assinaturas. Espero que seja aprovado.

Não se trata de dispositivo militar a que estivesse juntado o Ministro Teixeira Lott. Não, Srs. deputados. Trata-se de um homem disciplinado ao princípio constitucional, que manda tomar posse o Vice-Presidente da República.

Trata-se, portanto, de um homem disciplinado à Constituição da República. E não se pode dizer que o pensamento de S. Exa. não deva merecer o mesmo respeito que merece o pensamento de todos os outros cidadãos, porque a Constituição da República estabelece a "livre manifestação do pensamento, sem que dependa de censura". E, se "todos são iguais perante a lei", tinha o Ministro Teixeira Lott, o cidadão Teixeira Lott o direito de expor seu pensamento, de denunciar o não cumprimento de um dispositivo constitucional pelo governo que aí se encontra.

Era, Srs. deputados, o que me cumpria dizer. (Muito bem! Palmas.)

(Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré).

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Augusto do Amaral.

O SR. AUGUSTO DO AMARAL — Sr. Presidente e Srs. Deputados, acredito que nunca esta Assembléa tenha realizado sessão mais identificada com as suas altas finalidades do que a presente.

Nesta hora de excepcional gravidade para a vida nacional sobretudo para o regime democrático, que corre o risco iminente da eventualidade do não cumprimento do texto constitucional, no que diz respeito ao preenchimento do cargo vago de Presidente da República, cabe-me a oportunidade de vir também a esta tribuna, na qualidade de líder da bancada do Partido Republicano Trabalhista, para aqui consignar a nossa posição e a dos deputados de nossa agremiação: de intransigente firmeza no respeito à Constituição, no cumprimento de nossa lei magna.

Tivemos, Srs. deputados, há poucos momentos, a agradável informação para nós, para nossas convicções democráticas e para nossa alegria partidária, de que o chefe de nosso partido, deputado Hugo Borghi, manifestou-se em eloquente oração favoravelmente à negativa do "impeachment" solicitado ao Congresso Nacional.

Reproduzindo, assim, o pensamento do chefe do partido e assinalando nossa posição desde os primeiros momentos desta crise, sempre firmes na defesa dos postulados democráticos, encontramos aqui para dizer que não temos outra saída para o exato cumprimento da lei senão a convocação do Vice-Presidente eleito para assumir o cargo de Presidente da República.

Não vem ao caso discutir-se razões supervenientes ou antecedentes que possam justificar procedimento diferente deste, que possam servir de lastro à manifestação das Forças Armadas, contrariamente à permissão de posse do titular daquele cargo.

O que nos interessa e resalta de tudo, são duas razões perfeitamente explicáveis: em primeiro lugar, a opinião pública, o valor do voto que levou aquele cidadão a ocupar tão alto posto e em segundo lugar a respeitabilidade da Constituição. Certa ou errada, não deve ser ofendida.

Há uma arma a do "impeachment" para o Congresso consertar aquilo que estiver errado. Se o Sr. João Goulart revelar-se na alta função de Presidente da República incompetente para a Nação, podem as Forças Armadas pleitear ao Congresso Nacional o remédio constitucional do "impeachment".

Afirmamos e insistimos numa única posição, que é a de todo e novo brasileiro: dar-se posse àquele que foi eleito pelo povo e é o legítimo sucessor do Presidente resignatário.

Cumpra-se pois a Constituição da República.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Alberto da Silva Azevedo, líder da bancada do Partido Libertador.

O SR. ALBERTO DA SILVA AZEVEDO — (Sem revisão do orador) Sr. Presidente e Srs. deputados, é por vontade divina que desde a nossa mocidade tenhamos tido a oportunidade de mostrar, sob toda as formas, o nosso intransigente ponto de vista, de que o País só pode sobreviver da lei. Já foi pagando em armas, já foi derramando seu sangue, já foi lutando nas ruas de São Paulo e agora, mercê de Deus, da tribuna da Assembléa Legislativa do nosso Estado, que vamos novamente reafirmar nosso ponto de vista. Nunca uma geração sofreu tanto como a nossa, lutando de todas as formas para que o Brasil pudesse se manter dentro da lei. Parece que o nosso destino está sempre preso a determinados elementos das Forças Armadas. Eles, que são os guardiões dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, são os primeiros a desejar a ilegalidade, a falência dos poderes. Se o Artigo 177 da nossa Constituição dá às Forças Armadas a defesa da pátria, da lei e da ordem, não é por motivos efêmeros, não é por suposições, não é por um desconhecido "doeris" que se poderá impedir que o Vice-Presidente da República ocupe seu lugar.

(Assume a Presidência o Sr. Alfredo Farhat)

Se algum motivo existe de fato, cumpria às Forças Armadas dentro dos poderes que lhes outorga a Constituição, garantir a posse do Vice-Presidente e, depois, verificando que esse Presidente estava violando a nossa Constituição, chamar a atenção dos outros poderes, porque, mercê de Deus, as Forças Armadas não são os poderes constitucionais. Elas podem impedir-nos aquilo que estão pretendendo, em razão da sua força, material, mas não se esqueçam esses elementos de que a consciência cívica do povo brasileiro não é a de alguns anos atrás. Nós, os democratas, conscientes como todos os brasileiros, estaremos nas ruas para toda e qualquer eventualidade. E, Srs. deputados, em vir, como líder do Partido Libertador, repudiar, em nome do meu partido, essa excrecência que pretendem certos elementos das Forças Armadas impingir ao Congresso Nacional. Para felicidade nossa, todos os partidos aqui representados têm representação na Câmara Federal e seus representantes saberão defender intransigentemente a Constituição Brasileira e cumprir o seu dever.

Jamais poderíamos imaginar, na situação de politização brasileira em que nos encontramos, que viessem, as mais altas patentes das Forças Armadas, pretender impingir ao povo brasileiro esta monstruosidade que estão anunciando.

Ou o Brasil vive dentro da lei, ou ele se transforma novamente numa grande "república" da América do Sul. Mas isto esses elementos não conseguirão realizar. O povo brasileiro, por nós representado, não se submeterá passivamente a esta situação. Já avançados na idade, não tememos novamente empunhar as armas para defender aquilo que nós desejamos para os nossos filhos: a liberdade, sem sacrifício.

E quero aqui, para terminar, Sr. Presidente e Srs. deputados, repetir, porque endosso totalmente a atitude do Presidente desta Casa. Numa hora crucial que estamos atravessando, há poucas horas, disse ele "Defenderemos esta Casa à bala".

Tenho certeza de que todos nós, os representantes de São Paulo, saberemos defender a Constituição brasileira à bala também! (Muito bem! Palmas.)

(Assume a Presidência o Sr. Abreu Sodré)

O SR. PRESIDENTE — A Presidência, antes de dar a palavra ao próximo orador, sente-se no dever de trazer alguns fatos que lhe foram transmitidos através da Comissão de deputados paulistas que estão na Capital Federal.

O relatório trazido pelos nobres deputados Jéthero de Faria Cardoso, Luciano Nogueira Filho e Wilson Lapa é no sentido de que ainda não foi apresentada ao plenário a moção em que se considera impedido de assumir o poder o Sr. João Goulart, Vice-Presidente da República. O que existe de verdade neste episódio, é que os ministros militares, através do Sr. Presidente da República, enviaram um ofício em que se mostra a inconveniência de assumir o poder o Sr. João Goulart, ofício esse que a Câmara e o Senado têm dificuldades até regimentais para apreciar.

A reunião do Congresso está marcada para as 20 horas, com o objetivo de apreciar este documento e um outro apresentado pelo nobre deputado Adauto Lácio Cardoso, de "impeachment" aos ministros militares.

Tem a palavra o nobre deputado Carlos Kherlakian.

O SR. CARLOS KHERLAKIAN (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, levo ao conhecimento desta Casa que, como líder da minha bancada, fui representando esta Casa nos acontecimentos ocorridos em São Paulo, no Distrito Federal.

Tenho a oportunidade de ocupar esta tribuna para trazer, em meu nome pessoal e no da bancada do Partido de Representação Popular, a nossa solidariedade, a nossa integral solidariedade e apoio à moção apresentada e inscrita por todos os líderes desta Casa. Assim sendo, não poderíamos, neste instante histórico de nossa pátria, deixar de trazer o nosso apoio em favor da legalidade e do cumprimento do que manda a Constituição Federal, para atender, assim, aos anseios da coletividade brasileira.

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Mendonça Falcão.

O SR. MENDONÇA FALCAO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, realmente vive esta Assembléa e o povo de São Paulo, nesta tarde, um dos dias mais tristes da história republicana. Renunciou a Presidência da República o eminente Presidente Jânio Quadros, levado a esse gesto em consequência da política exterior que adotou, de conduzir a nação ao encontro de todos os povos do mundo.

Entretanto, Sr. Presidente, foi eleito para vice-presidente da República o Sr. João Goulart e não se pode aceitar de forma alguma qualquer outra alternativa que não seja aquela escrita na Constituição, escrita numa Constituição, Sr. Presidente, que custou o sangue de milhares de paulistas em 1932. Não é possível que meia-dúzia de militares, investidos do poder de mando, queiram impor a sua vontade contra a vontade expressa do povo brasileiro.

Para isto aqui estamos deputados da Assembléa Legislativa de São Paulo, para isto está o Brasil inteiro de sentinela, no combate a todas essas forças reacionárias que querem levar a nação ao caos, à ditadura. Entretanto, quando V. Exa., Sr. Presidente, anunciou que a Câmara Federal havia votado contra o "impeachment" ao vice-presidente João Goulart, todo este Plenário prorrompeu num só aplauso. Assim, Sr. Presidente, entendemos que deve agir a Câmara Federal, votando contra toda e qualquer medida contrária aos princípios constitucionais, porque se assim não fizerem, estarão traindo a própria pátria. Acredito ser esse o pensamento patriótico do povo brasileiro. Espero que cada um de nós possa voltar à sua casa de cabeça erguida e não como vermes, como traidores e inimigos da decência e das liberdades do povo que para aqui nos trouxe.

A Câmara Federal deve votar contrariamente a todas as proposições que não atendam aos princípios constitucionais, pois assim fazendo estará cumprindo o compromisso assumido com a Constituição e com o povo brasileiro. As forças econômicas que oprimem a nação a cada instante, fazendo sofrer amargamente o povo brasileiro, são as grandes responsáveis pelos últimos acontecimentos.

E' assim, Sr. Presidente e Srs. deputados, que pensa o Presidente Jânio Quadros, que renunciou — e a História irá fazer-lhe justiça — porque não suportou a violência e opressão de forças econômicas que o esmagaram porque ele desejava, de acordo com compromissos assumidos nas praças públicas, conduzir esta Nação à independência econômica e política, dando aos humildes brasileiros de todos os recantos da Pátria dias mais felizes e mais dignos.

Sr. Presidente, Srs. deputados, aqui estaremos com os companheiros deputados, com a imprensa aqui presente, esta imprensa que tem sido vigilante em defesa dos destinos da Nação e do regime democrático. Aqui ficaremos, e juraremos perante a Pátria e este Cristo que nos preside, se os companheiros quiserem, que daqui só sairemos mortos, em benefício da democracia brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE — Tem a palavra o nobre deputado Camillo Ashcar.

O SR. CAMILLO ASHCAR — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente e Srs. deputados, já ocupei esta tribuna em circunstâncias semelhantes e igualmente trágicas. Em passado não remoto, quando motivos semelhantes conturbaram a normalidade do processo democrático em nosso país. (Muito bem!)

Como homem público, quero deplorar que, decorrido tão pequeno lapso de tempo, venha o país a ver as suas esperanças democráticas mergulhadas no caos e na confusão. Esquecidos de uma lição tão viva e tão dura que sentimos em nossa própria pele, em que a ferida ainda não se fechou, mal curados superficialmente da trama política que agitou a Nação, e quando, em dois pleitos sucessivos de magna significação para a vida nacional, alimentávamos a esperança de que se consolidava o nosso regime e se firmavam as nossas instituições democráticas, acordamos surpreendidos com o esmagamento das nossas mais legítimas esperanças, retornando ao passado com todas as suas características e decepções, com os pés colocados à beira do abismo da supressão de todas as liberdades individuais e da garantia da permanência do regime democrático.

Tenho porém comigo a certeza de que, mudados os tempos eu não mudei! As mesmas convicções, os mesmos princípios, as mesmas afirmações políticas e democráticas, eu as venho formular, 6 anos depois, nesta mesma tribuna que o voto livre do povo para mim conservou. Apenas as condições eram diferentes. Naquela época, era uma maioria esmagadora que endossava o golpe militar e tentava silenciar na tribuna os parlamentares de uma minoria ativa e independente, que proclamava o sacrossanto respeito ao texto constitucional. Naquela ocasião, a nossa voz, humilde mas leal, e as vozes de alguns companheiros ilustres, que ainda permaneceram nesta Assembléa, foram inúteis, porque havia como que um desvario coletivo, e por força deste desvario as mesmas forças militares, alegando razões que nunca se tornam públicas, por duas vezes desonraram as prescrições constitucionais, quebraram a soberania do Congresso e do povo, depuseram, pois vice-presidente da República, que deveriam ser investidos nas suas altas funções, por força do Artigo 79 da nossa Magna Carta (Muito bem!), e impuseram condições que o Congresso Nacional, subserviente, recebeu; e o próprio Supremo Tribunal Federal, para profunda decepção da nossa alma, enjossou, com a sua omissão, para depois declarar improcedente o mandado de segurança que então se impetrou em favor deste grande brasileiro, que era o Sr. Café Filho. (Muito bem!)

Agora, agora os tempos mudaram, as circunstâncias são as mesmas, é possível que nos bastidores da História estejam a reunir-se os mesmos insucessos. Mas eu folgo, folgo em verificar que na Assembléa Legislativa de São Paulo a mentalidade democrática amadureceu. Já não se ouviu, desta tribuna, uma única voz que viesse endossar a ameaça de destruição do regime, ansiosa pelas forças militares do país, folgo em verificar que agora das legendas e das preocupações políticas, todos os líderes de bancada que desfilaram por esta tribuna, que tenho a honra de ocupar, foram unânimes em uníssono levantaram suas vozes para dizer que a Assembléa Legislativa de São Paulo, fiel às suas mais altas tradições, vinha mais uma vez honrando toda a linha da sua História, mostrando as suas mais altas tradições de legalidade e de respeito às instituições democráticas; folgo em verificar que o Congresso Nacional reunido já encontrou até óbices regimentais para, preliminarmente, conhecer do ofício que lhe mandou — sabe-se lá por que forças e por que vontade! — o Sr. Presidente da República, anunciando a estranha deliberação das Forças Armadas do País de não dar posse ao substituto legal do Presidente.

Quando um Congresso já começou desde o início a encontrar até dificuldades regimentais para conhecimento de um papel desse tipo; quando um Congresso não se intimida e se detém no exame sereno e independente dos fatos, para se conservar fiel à vontade popular, nós temos razões de sobejo, sobretudo contrastando as suas atividades de subserviência e rapidez do passado, em declarar que graças a Deus está crescendo e amadurecendo em nosso país o sentimento democrático, aquele consenso de respeito à lei, que faz com que os homens, conscientes sejam realmente dignos do regime de liberdade.

Lamento as razões — que não conheço e que ninguém conhece — da renúncia do Presidente da República. Nunca ninguém como ele, em nosso país, teve tanto apoio popular; jamais em nossa história republicana um homem público teve carreira tão vertiginosa; jamais alguém, num pleito democrático, recebeu tantos sufrágios do povo. Desejou esta investidura. Desejou-a como paixão óbcecante e conquistou-a.